

Lula pede ao CNJ que investigue Sergio Moro por ida a eventos

O ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva pediu ao Conselho Nacional de Justiça que investigue as atitudes do juiz Sergio Moro, da 13ª Vara Federal de Curitiba. A solicitação foi apresentada nesta sexta-feira (9/12) e destaca que o julgador tem dado inúmeras declarações sobre processos em andamento, inclusive os que não estão com ele, ido a muitas premiações e se aproximado de adversários políticos do petista.

Diego Padgurschi (Reprodução)



Moro e Aécio (no alto) foram fotografados durante cerimônia de premiação da *IstoÉ*.
Reprodução

Segundo os advogados de Lula, Roberto Teixeira e Cristiano Zanin Martins, o juiz federal não tem seguido as regras da magistratura e tem aparecido demais. Eles exemplificam essa conduta citando as declarações de Moro sobre a ação movida pelo ex-presidente contra um policial federal por dano moral.

À imprensa Moro classificou a atitude de Lula como “lamentável” e um “ato de retaliação”, além de ter dito que o procedimento foi movido contra todo o serviço público federal. Os advogados do ex-presidente alegam que esse tipo de conduta pode ser caracterizada como desvio funcional por afrontar as disposições da Lei Orgânica da Magistratura e do Código de Ética da Magistratura Nacional.

Teixeira e Zanin Martins destacam também que Moro, apesar de cuidar apenas da “lava jato”, sob o argumento de que os processos ligados à investigação tomam muito de seu tempo, encontra espaço em sua agenda para ir a eventos e receber prêmios, inclusive junto a rivais políticos de Lula.



Na peça, os advogados citam as participações de Moro em eventos do grupo Lide em Curitiba e São Paulo. Na capital paulista, Moro foi fotografado junto ao prefeito eleito de São Paulo, João Dória Jr, e ao deputado estadual Fernando Capez, ambos do PSDB. Também é mencionada a foto da premiação da revista *IstoÉ*, na qual o juiz federal foi flagrado aos risos e em conversa ao pé do ouvido com o senador tucano Aécio Neves (MG), além de sua ida a um evento do governo Pedro Taques (PSDB), em Mato Grosso.

De acordo com Teixeira e Zanin, esses atos precisam ser investigados. “A menos que seja seguida a mesma lógica adotada recentemente pelo Tribunal Regional Federal da 4ª Região — ao analisar denúncia de violações praticadas pelo mesmo Magistrado contra o Reclamante — segundo a qual as condutas que tenham alguma relação com a Operação Lava Jato 'escaparão do regramento genérico’.”

Pedido anterior

A solicitação entregue nesta sexta-feira é mais uma das várias apresentadas pelo ex-presidente contra o juiz federal, que, segundo afirmam os advogados de Lula na peça enviada ao CNJ, promove uma cruzada contra o petista desde março deste ano. Na quarta-feira, foi [pedida a suspeição de Moro ao Tribunal Regional Federal da 4ª Região](#).

O argumento de Lula nesse pedido é a foto tirada de Moro com Aécio. Em resposta a argumentos da defesa, [Moro disse em outubro](#) que nenhum dos eventos citados constitui evento político, pois foram organizados principalmente por órgãos da imprensa.

O [desembargador federal João Gebran Neto já rejeitou o pedido](#) da defesa no dia 2 de dezembro, em decisão monocrática. Segundo ele, todos os argumentos contra o juiz “foram devidamente rechaçados, não apenas por este relator, mas pela 8ª Turma”, em pelo menos três exceções de suspeição semelhantes.

Os advogados de Lula pediram inclusive documentos para saber o grau de proximidade entre Gebran Neto e o juiz: [solicitaram, em outubro, as certidões de batismo](#) dos filhos do desembargador e de casamento dos magistrados. O desembargador respondeu que eventual amizade entre julgadores de primeiro e segundo graus de jurisdição não provocam suspeição.

A defesa também [apresentou ao TRF-4 queixa-crime contra o juiz](#) por suposto abuso de autoridade como agente público federal. Também [pede que a Organização das Nações Unidas](#) analise a isenção do responsável pelos processos da “lava jato”.

Lula [já virou réu](#) em um processo que está nas mãos de Moro, acusado de ter negociado propina com executivos da OAS, “especialmente para alcançar governabilidade e financiar com recursos públicos desviados a permanência no poder”. Os advogados consideram a acusação “fruto de uma 'convicção' que a cada dia ostenta ter mais natureza política”.

Clique [aqui](#) para ler a peça.

Date Created

09/12/2016